



Ações de segurança no Turismo de Aventura: Um estudo no Parque Estadual Dunas de Natal

Safety Actions in Adventure Tourism: A Study in the Dunas de Natal State Park

Frank Ilton Pereira Xavier, Jéssyca Rodrigues Henrique da Silva,
Érica Dayane Chaves Cavalcante, Guilherme Bridi, Marcela Martins Silva

RESUMO: O turismo de aventura é um segmento que envolve atividades recreativas e não competitivas, promovendo emoções na execução de suas modalidades. Está em crescimento no país, e necessita ser pensado e organizado para viabilizar o máximo de segurança aos seus praticantes. Este trabalho tem como objetivo analisar as ações de segurança no turismo de aventura adotadas pelo Parque Estadual Dunas de Natal. A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso com atores envolvidos na gestão de atividades de aventura do parque e observação de campo. O instrumento de coleta foi do tipo entrevista, elaborado a partir das normas de Gestão de Segurança para o Turismo de Aventura da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Já os dados foram analisados com o uso da técnica de análise de conteúdo. Após análise, entende-se que o parque dispõe de um produto que está amparado de forma adequada, tendo em vista os equipamentos e profissionais que atuam para uma melhor experiência dos visitantes. Dentre as ações identificadas, verifica-se que são indicados os usos de equipamentos de segurança pelo condutor e visitante, e que as trilhas são executadas com o suporte de segurança ambiental; além disso, são repassadas instruções sobre a segurança do participante e das trilhas, além de ações necessárias em caso de acidentes. Nota-se que apesar do parque estar com suas trilhas seguras, existe a necessidade de mais sinalizações informativas sobre a segurança do local. Recomenda-se a atualização do Plano de Manejo, pois a falta de atualização pode levar ao uso inadequado em relação à capacidade de carga das atividades sobre as trilhas e comprometendo a sustentabilidade a longo prazo. Concluiu-se que apesar de algumas limitações, as trilhas são seguras para serem utilizadas pela população.

PALAVRAS CHAVE: Turismo de Aventura; Segurança; Caminhada; Trilhas; Parque das Dunas.

ABSTRACT: Adventure tourism is a segment that involves recreational and non-competitive activities, promoting emotions in the execution of its modalities. It is growing in the country, and needs to be thought out and organized to provide maximum security for its practitioners. This work aims to analyze the security actions in adventure tourism adopted by the Dunas de Natal State Park. The research was carried out through a case study with actors involved in the management of adventure activities in the park and field observation. The collection instrument was of the interview type, elaborated from the Safety Management norms for Adventure Tourism of the Brazilian Association of Technical Norms. The data were analyzed using the content analysis technique. After analysis, it is understood that the park has a product that is adequately supported, considering the equipment and professionals who work for a better experience for visitors. Among the identified actions, it appears that the use of safety equipment by the driver and visitor is indicated, and that the trails are executed with the support of environmental safety; in addition, instructions are passed on the safety of the participant and the trails, in addition to necessary actions in case of accidents. It is noted that although the park has safe trails, there is a need for more informational signs about the safety of the place. It is recommended to update the Management Plan, as the lack of updating can lead to inappropriate use in relation to the carrying capacity of activities on the trails and compromising long-term sustainability. It was concluded that despite some limitations, the trails are safe to be used by the population.

KEYWORDS: Adventure Tourism; Security; Walk; Trails; Dunes Park.

Introdução

O turismo de aventura é uma área ainda em crescimento com o conceito relativamente novo, pois vem sendo desbravado no território brasileiro por alguns visionários, porém desconhecido para a maioria das pessoas que consomem o turismo (INSTITUTO ECOBRASIL, 2016). De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010b), essa modalidade visa a prática do esporte com o objetivo de ser recreativo e desfrutar de um contato mais íntimo com a natureza, fazendo uso de uma prática ecológica, tendo em vista que será praticado dentro de um meio ambiente, com o mínimo possível de alterações e necessitando de segurança.

A preocupação com questões relativas à segurança e aos riscos que o turismo de aventura pode trazer é tema de publicações ao redor do mundo. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Bentley *et al.* (2001) acerca das ações de segurança e atividades de risco do turismo de aventura na Nova Zelândia. Em seus achados, os autores identificaram que as quedas foram os eventos mais comuns registrados e que as atividades relacionadas ao segmento contribuem para aumentar em aproximadamente 20% as lesões de visitantes estrangeiros e em 22% os casos de óbitos.

No tocante ao cenário brasileiro, as preocupações com riscos e segurança também se fazem presentes. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2010), às atividades de turismo de aventura necessitam ter seus riscos avaliados, controlados e assumidos, pois são comercializadas. Além disso, nos últimos anos, muitos acidentes foram relatados envolvendo essas atividades (MELO; AGUIAR, 2016).

A segurança nesse segmento é uma preocupação a nível nacional, que está presente no Art. 34 da Lei Geral do Turismo de 2008, n. 11.771, regulamentada através da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2010a). Ademais, existem diversas normas da ABNT utilizadas para a gestão de segurança do turismo de aventura no país.

As modalidades englobadas se dividem em Terra, Água e Ar (BRASIL, 2010b). Das atividades praticadas na terra, a caminhada merece destaque pois além de ser comum, muitas vezes ocorre associada a outras atividades. A caminhada em trilhas é uma das mais praticadas e importante para a sensibilização dos visitantes de uma localidade (NEVES; COSTA, 2020).

Apesar de ser aparentemente simples, paralelo à diversão, descobertas e aventuras, as caminhadas apresentam riscos (CAVASINI *et al.*, 2020). Uma pesquisa publicada pelo *British Journal of Sports Medicine* (2007) evidencia que 92% dos praticantes se machucavam ao realizá-las. Em uma trilha desenvolvida em montanhas e florestas, o cuidado deve ser redobrado, pois além do terreno acidentado, há também os riscos do local.

Importante destacar que atividades ao ar livre promovem benefícios como auxílio no controle dos níveis de estresse, ansiedade e melhoria nos relacionamentos interpessoais entre os seres humanos; porém, por se tratar de uma atividade em campo aberto, há riscos como acidentes e queimaduras ocasionadas por uma longa exposição ao sol (CAVASINI *et al.*, 2020). Por isso, é necessária a existência de ações que promovam segurança contra o máximo possível de surpresas desagradáveis ao realizá-las.

A falta de informação e orientação sobre questões de segurança e riscos também é um fator a ser considerado. Os estudos de Imboden (2012) sobre o material promocional virtual relativo ao turismo de aventura na Suíça e Suécia indicaram que, apesar dos discursos sobre segurança pretensamente figurarem como essenciais, não há referência nesses materiais sobre duas questões básicas ao conceito teórico de aventura: risco e incerteza.

Neves e Costa (2020, p. 1), explicam que “o principal risco que pode ocorrer com usuários na trilha é a queda, além de perder-se, escorregar, torcer o pé, queda de troncos e galhos de árvores, assaltos e picadas de animais peçonhentos.” Tendo em vista o potencial para a prática de uma atividade de caminhada como turismo de aventura, é relevante atentar-se a situações como as citadas pelos autores, com o intuito de promover uma melhor experiência para os turistas que as vivenciam. Isso comprova a importância que a segurança através da aplicação das normas ABNT representa para a qualidade das caminhadas (MELO; AGUIAR, 2016).

Diante o exposto, ressalta-se o papel que os parques naturais e ecológicos exercem para o turismo de aventura, pois muitas dessas práticas podem se desenvolver através de trilhas instaladas nessas localidades. Contudo, para que esse desenvolvimento ocorra, é essencial observar alguns princípios para áreas naturais protegidas, definidos por Buckley (2002) tal como será abordado posteriormente. No tocante ao cenário brasileiro, Neves e Costa (2020, p. 686) assinalam que “cresce cada vez mais a modalidade de turismo conhecida como

turismo de aventura, e os parques nacionais são as áreas escolhidas para essa prática".

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2022), a visitação em área de proteção ambiental, chamadas de Unidades de Conservação (UCs) têm batido recordes quando em 2021 o número de visitantes nas 145 UCs federais, administradas pelo Instituto Chico Mendes, ultrapassou 16,7 milhões; ou seja, um número maior que os 15,3 milhões de visitas registradas no ano antes da pandemia. Portanto, há cada vez mais pessoas que estão se voltando para uma atividade turística mais sensível ao meio ambiente, educativa e que promova um acréscimo de adrenalina, tornando a experiência mais significativa.

Desse modo, as UCs tornam-se essenciais para o turismo, por se tratar de uma relação íntima e interdependente em que o turismo depende diretamente do meio ambiente (MELO; AGUIAR, 2016). Por isso, "é preciso que os gestores [...] elaborem medidas de segurança voltadas para o uso público, com planejamento e execução de ações específicas como manejo e sinalização das trilhas para evitar possíveis riscos no local" (NEVES; COSTA, 2020, p. 686).

Dentro desta realidade, este estudo busca entender: de que forma são realizadas as ações de segurança para o turismo de aventura nas atividades de caminhadas desenvolvidas no Parque Estadual Dunas de Natal?

O Parque Estadual Dunas de Natal, também conhecido como Bosque dos Namorados ou Parque das Dunas, segundo o Governo do Estado do RN (2015) foi criado no ano de 1977, localizado em Natal, capital do Rio Grande do Norte (RN) e possui 1.172 hectares de área. É reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como sendo parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira, e possui valor para o equilíbrio ecológico da região. Apesar da importância do parque, o mesmo vem sendo alvo de situações de insegurança para os usuários, uma vez que, frequentemente têm ocorrido na UC a entrada clandestina, seja de pessoas que adentram a área para praticar atividades esportivas de forma irregular, ou usuários de drogas e assaltantes fugitivos da polícia (G1 RN, 2020). Assim, é um campo de estudo relevante para investigar as ações de segurança nas atividades de caminhada adotadas pela administração do parque.

A partir do exposto, o presente estudo tem como objetivo central analisar as ações de segurança no turismo de aventura adotadas pelo Parque Estadual Dunas de Natal (RN, Brasil). Como objetivos específicos, pretende-se: i) caracterizar as atividades de caminhada praticadas no Parque das Dunas; ii) verificar os riscos e perigos associados às atividades de caminhada do Parque das Dunas; iii) identificar os principais requisitos das ações de segurança para as atividades de caminhada adotados pelo Parque das Dunas.

Turismo de Aventura

O turismo de aventura é uma atividade recreativa e não competitiva, que faz uso do esporte voltado para o lazer. Esse segmento se relaciona de forma íntima com a natureza, tornando-se popularmente conhecido por atrair um número expressivo de pessoas para os municípios brasileiros (BRASIL, 2010b).

Nas últimas décadas, a aventura vem ganhando cada vez mais espaço no cenário turístico, uma vez que países e regiões estão promovendo-a como um atrativo capaz de gerar experiências únicas e satisfação para visitantes e turistas (IMBODEN, 2012; MOZI; PESÄMAA, 2013).

Para Imboden (2012, p. 310, tradução nossa) “o turismo de aventura é comumente considerado como uma gama de atividades que combinam esforço físico e o uso de habilidades específicas e que incorporam vários graus de risco, desafio e incerteza”.

Coriolano e Moraes (2011) alegam que o turismo é uma atividade de valor econômico e influencia tanto o setor privado quanto público, ao passo que utiliza os espaços geográficos naturais e produzidos. Logo, entende-se que o turismo de aventura, como uma das vertentes do turismo, que produz uma experiência interpessoal do turista com o meio em que está visitando, contribui para a economia, proporcionando o turismo em conjunto ao esporte.

Para Ribeiro *et al.* (2020), ele não está desassociado da natureza, mas diretamente ligado a ela. Além disso, promove uma maior consciência acerca do meio ambiente, chamando a atenção de autoridades, dos funcionários de empresas que trabalham com o turismo, assim como do próprio turista, sobre a necessidade de pensar a problemática ambiental.

Coriolano e Moraes (2011) afirmam que um fator importante a ser levado em consideração, é que frequentemente ele pode ser ofertado sem os devidos informes acerca das implicações relacionadas à segurança, como uso de vestimentas, preparo físico e equipamentos necessários para as atividades. Além disso, também é comum ofertarem o ecoturismo (atividade mais educativa e de contemplação de ambientes naturais) quando na prática está sendo ofertado o turismo de aventura (que envolve uma interação e/ou ação praticada no meio ambiente). Assim, não são observadas as medidas de segurança necessárias para se experienciar uma atividade desta modalidade, podendo causar acidentes que podem ser fatais e com danos irreversíveis.

Sobre a relação entre ecoturismo e turismo de aventura é importante destacar que são segmentos que se sobrepõem, mas também se diferenciam. O turismo de aventura pode ser considerado uma junção do ecoturismo e da aventura, pondo o turista e o condutor em contato com a natureza de forma consciente, somado a uma prática de esporte radical com finalidades recreativas. De acordo com Ribeiro *et al.* (2020), os turistas que possuem os perfis de aventureiros, além de possuírem interesse de estar em contato com a natureza, têm o desejo de se aventurarem com alguma atividade radical; assim, eles se expõem a riscos na prática das atividades que variam de intensidade.

Lopes-Richard, Alamino e Simões (2007) explicam que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, as atividades que eram vistas como sendo exclusivas de expedicionários, começaram a tornar-se populares e atrativas para um público diversificado, e a partir da comercialização dessa nova forma de lazer, nascem nomes como turismo de natureza, turismo de aventura e ecoturismo.

Desse modo, há uma necessidade de se compreender o que é o turismo de aventura, pois apesar de já estar normatizado pela ABNT (ABETA, 2021), ainda é frequentemente confundido com ecoturismo. Essa confusão para ter a clareza

sobre o que é o turismo de aventura, resulta em falhas e em maiores riscos para seus praticantes (ALVES *et al.*, 2016; ABETA, 2021),

Tendo em vista um maior crescimento do turismo de aventura e sua maior adesão por públicos diversos, há outros fatores que são observados e que precisam estar em constante cuidado e vigilância no que diz respeito à segurança. No tocante à economia, desenvolvimento e sustentabilidade, o turismo de aventura se bem-organizado e planejado, promove um avanço no desenvolvimento da comunidade em que está sendo praticado, melhora a educação sustentável, fazendo com que haja um equilíbrio entre o desenvolvimento e uso dos recursos disponíveis (MELO; AGUIAR, 2016).

Segurança no Turismo de Aventura

A segurança do turismo de aventura não tem sido foco prioritário de pesquisas e estudos sobre o setor, apesar do elevado nível de risco observado em muitas atividades do segmento de aventura (BENTLEY; PAGE, 2008). Nesse sentido, é essencial produzir trabalhos que caminhem na direção do planejamento e avaliação de possíveis riscos gerados por suas práticas.

O turismo de aventura envolve atividades perigosas, já que põe em risco a vida de quem experimenta e de seus condutores. De acordo com Coriolano e Moraes (2011), os turistas sentem-se motivados e seguros a praticarem essas atividades quando percebem que o material de segurança, a equipe que está conduzindo e os equipamentos, estão em ótima qualidade. Ainda parafraseando os autores, esse sentimento também ocorre quando os profissionais transparecem que sabem o que estão fazendo e que estão exercendo uma atividade na qual os riscos são conhecidos e preparados para serem atendidos.

No que diz respeito a segurança, observa-se que independente da modalidade ofertada, a percepção das pessoas que o praticam está associada ao risco (BRASIL, 2005). Sobre o risco, Cavasini *et al.* (2020) definem como elementos que contribuem para elevar a probabilidade de acidentes ou incidentes em atividades, e podem impossibilitar o alcance dos objetivos da atividade, como exemplo, a manutenção da vida dos participantes.

Coriolano e Moraes (2011) corroboram que não basta apenas que o local apresente questões relacionadas à segurança dos praticantes, é preciso a garantia de que ainda que algo aconteça, a equipe está preparada para atender à necessidade que surgiu de forma indesejada. Portanto, afirma-se que “a utilização dos equipamentos de proteção individual no turismo de aventura não implica na eliminação dos riscos que o cliente/turista ou os colaboradores possam vir a sofrer, mas os minimizam” (STEIN; ATHANÁSIO, 2016, p. 3).

Ainda sobre a importância da segurança no turismo de aventura, a norma ABNT NBR 21101.2014 propõe os requisitos para a aplicação do Sistema de Gestão de Segurança nessas atividades (ABETA, 2021). Essa norma leva em consideração procedimentos de gestão de risco, já que essa prática pressupõe a existência de riscos (BRASIL, 2010b). Ao se considerar riscos de acidentes, refere-se à probabilidade de ocorrência, somada, às consequências que se seguem após o evento desastroso.

Melo e Aguiar (2016), justificam que esse cenário evidencia a importância da gestão de segurança do turismo de aventura para garantir a sustentabilidade desse segmento, de modo a provocar menos impactos negativos, sejam eles no ambiente – natural ou construído – como também na vida das pessoas. Além disso, devido ao aumento na busca de atividades ao ar livre durante a pandemia da Covid-19, há uma maior necessidade de gestão de risco e segurança dessas atividades (CAVASINI *et al.*, 2020).

Sobre as diferenças entre a gestão do ecoturismo e do turismo de aventura em áreas naturais, Lopes-Richard, Cassiano e Aguiar (2020) enfatizam que existe uma dicotomia em relação à forma de condução. Para os autores, apesar das características similares, ambas possuem distintas ferramentas de gestão da visitação; enquanto o ecoturismo privilegia mecanismos de gestão de visitação para preservação do ambiente biofísico, no turismo de aventura as ferramentas centram-se na gestão do risco para segurança dos participantes.

Pensando nisso, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ao longo dos anos construiu normas para regulamentação do turismo de aventura. Esse monitoramento tornou-se mais acessível para os turistas, uma vez que englobam normas para atividades de montanhismo, espeleoturismo, escalada, arvorismo, técnicas verticais, canionismo, cachoeirismo, dentre outras (MELO; AGUIAR, 2016). O Quadro 1 apresenta categorias de normas existentes, bem como o seu quantitativo em relação a cada categorização.

Quadro 1: Quantitativo de normas ABNT para o turismo de aventura por categoria.

Frame 1: Number of ABNT standards for adventure tourism by category.

Categorias	Quantitativo de Normas
<i>Normas de Competências</i>	16 Normas
<i>Normas de Requisito para Produtos</i>	13 Normas
<i>Normas de Sustentabilidade para o Mergulho Recreativo</i>	2 Normas
<i>Normas de Classificação</i>	3 Normas
<i>Normas de Terminologia</i>	1 Norma
<i>Normas de Informações</i>	1 Norma
<i>Normas de Procedimentos</i>	1 Norma
<i>Normas de Auditores</i>	1 Norma
<i>Normas de Requisitos de Instalações</i>	1 Norma
<i>Normas Técnicas Transversais</i>	5 Normas

Fonte: ABETA (2021).

Source: ABETA (2021).

A ABNT dispõe de 44 normas divididas entre 10 categorias, que envolvem procedimentos para normalizar as diversas atividades vinculadas às suas práticas, desde o planejamento, até a operacionalização do turismo de aventura. Enquanto algumas normas são aplicáveis às diferentes modalidades, outras são direcionadas a atividades específicas do setor (ABETA, 2021).

Neves e Costa (2020) alegam que dentre as atividades mais praticadas, estão as caminhadas em trilhas. Nesse sentido a ABNT elaborou duas normas para a sua regulamentação, são elas, a ABNT NBR 15.505/1 - Turismo de Aventura Caminhada – Parte 1; e, ABNT NBR 15.505/2 Turismo de Aventura Caminhada – Parte 2. Enquanto a primeira tem por objetivo trazer à luz os requisitos para se praticar a atividade de caminhada em trilhas; a segunda visa classificar percursos de trilhas segundo o seu grau de dificuldade.

Turismo de Aventura em Unidades de Conservação

O crescimento das ações turísticas em áreas naturais protegidas pode ser observado em escala global. Contudo, para que esse uso possa trazer benefícios e desenvolvimento sustentável, é importante observar uma série de ações. Nesse sentido, Bentley (2002), elaborou diversos princípios para uso turístico em áreas naturais protegidas, a saber: Parques são para preservação em primeiro lugar e para recreação em segundo lugar; Somente atividades de baixo impacto ambiental devem ocorrer nos parques; O turismo não tem direito especial nos parques; O planejamento turístico em parques necessita de uma abordagem ecossistêmica regional; As parcerias desenvolvidas devem refletir cooperação e não coerção; Quaisquer taxas de utilização devem refletir os custos de gestão, incluindo a conservação impactos; A estrutura turística deve estar organizada de modo a favorecer a conservação; Os operadores turísticos devem arcar com todos os custos que impõem aos parques, incluindo taxas relativas ao uso de recursos; O marketing deve estar alinhado à proposta sustentável dos parques; A equipe profissional dos parques necessita ser composta por profissionais interdisciplinares com elevado grau de competências e habilidades

Nesse sentido, o turismo está ligado ao meio ambiente e muitas das suas práticas ocorrem em ambientes naturais (MELO; AGUIAR, 2016). Devido a diversidade de áreas naturais e de conservação que o Brasil possui, as Unidades de Conservação (UCs) são percebidas como ambientes propícios ao turismo de aventura. Os centros de aventura são variantes de atrativos turísticos, idealizados por prestadores de serviços para proporcionar um local com diversas atividades envolvendo limites físicos (CORIOLANO; MORAIS, 2011). As UCs possuem esse perfil, pois frequentemente funcionam como locais com atrativos voltados para a prática de turismo, envolvendo interação com o meio ambiente e uma atividade esportiva.

Uma unidade de conservação pode ser definida como uma porção de terra que por Lei Federal Nº 9.985 (BRASIL, 2000), está resguardada e protegida para um uso específico. Para o uso do turismo de aventura, essa prática demanda que seja modificada a estrutura do lugar. Assim é relevante que não se façam alterações profundas e que ao mesmo tempo, proporcionam ao turista o que ele precisa para experienciar uma aventura, com uma atividade de esporte que lhe gere satisfação.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo de Goiás - SEMAD (2018), as unidades de conservação (UCs) se dividem em dois grupos: o de Proteção Integral que tem por objetivo proteger a área permitindo seu uso apenas de forma indireta; e o de Uso Sustentável que busca equilibrar a proteção da unidade de conservação, permitindo que sejam usados seus recursos de forma sustentável.

Ainda de acordo com a SEMAD (2018), as UCs de Proteção Integral são classificadas em quatro grupos: Estação Ecológica; Parque Estadual; Monumento Natural; e, Refúgio Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável estão divididas em seis grupos: Área de Proteção Ambiental; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Estadual; e Reserva de Fauna.

Desse modo, diversos tipos de UCs possuem finalidades turísticas, dentre as quais destaca-se as atividades de ecoturismo e turismo de aventura. Por isso, a importância de se atentar a questões de segurança nas atividades turísticas dessas áreas, uma vez que por mais bem planejada que seja a atividade de aventura, ela está propensa a existência de riscos. Stein e Athanásio (2016) explicam que o fato de o cliente estar usando algum equipamento de proteção ou ter treinamento antecipatório, não impede que existam acidentes, contudo, esses riscos podem ser minimizados com uma boa gestão.

Conforme Meneguel e Etchebehere (2011, p. 89), “a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a ‘matéria-prima’ da atividade”. A partir de tal afirmativa, verifica-se que o turismo em áreas de conservação por favorecer o contato com a natureza e o lazer, transforma a UC em uma ferramenta fundamental para o seu proveito (SANTOS *et al.* 2020). Essas áreas não somente são protegidas para a conservação da fauna e flora, mas também contribuem para a educação coletiva e sustentável, trabalhando em conjunto com o esporte, aventura, lazer e o turismo.

Para Neves e Costa (2020), dentre as principais atividades desenvolvidas nessas áreas estão as trilhas, que podem apresentar diversas características, e a depender das condições geográficas, impulsionará o sentimento de aventura. Além disso, funciona como ferramenta para sensibilização do participante, dispondo de caráter interpretativo e induzindo a educação ambiental (BUZATTO; KUHNNEN, 2020).

Material e Métodos

O estudo se caracteriza como exploratório por ser um assunto pouco trabalhado e conhecido. É descritivo por descrever o fenômeno dos processos das ações de segurança do Parque Estadual Dunas de Natal (VERGARA, 1998). Possui natureza qualitativa, pois utiliza descrições, compreensões e interpretações de informações, fatos, ocorrências e evidências que naturalmente não são expressas por dados e números (MARTINS; THEÓPHILO, 2016). Também é um estudo de caso, pois investiga o Parque das Dunas de Natal, envolvendo múltiplas fontes de análise, como entrevista e observação de campo (YIN, 2005).

Participaram desta pesquisa seis funcionários do parque que possuem relação e trabalham diretamente com as trilhas, sendo uma pessoa do administrativo e cinco condutores/guias das trilhas. Sendo eles: um gestor que trabalha em sua administração - essa escolha buscou estabelecer uma visão geral das ações de segurança por alguém que atua diretamente com a sua gestão; cinco condutores das trilhas - que foram selecionadas por trabalhar diretamente com a atividade e vivenciar as ações operacionais de segurança no cotidiano. Flick (2009) alega que na pesquisa qualitativa, os estudiosos escolhem os participantes propositalmente, segundo sua relevância. Portanto, a aplicação de seis entrevistas possibilitou um aproveitamento suficiente dos dados, principalmente, por contemplar os atores diretamente envolvidos na atividade.

No Quadro 2, é apresentada uma visão geral acerca dos entrevistados, dispondo de informações como Gênero, Cargo, Formação e Tempo de Trabalho na função exercida no parque.

Quadro 2: Perfil dos participantes da pesquisa.**Frame 2:** Profile of research participants.

	Gênero	Formação	Cargo	Tempo Trabalho
Func.1	Travesti	Superior em Arte Educadora, Arte Cênica	Coordenadora de Eventos	25 anos
Func.2	Feminino	Superior em Gestão Ambiental	Orientador Turístico	4 anos
Func.3	Masculino	Superior em Biologia	Orientador Turístico	1 ano e 8 meses
Func.4	Feminino	Superior em Turismo e Pedagogia	Orientador Turístico	6 anos e 8 meses
Func.5	Feminino	Gestão de Microempresa	Orientador Turístico	5 anos
Func.6	Feminino	Ciências Biológicas	Orientador Turístico	5 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).**Source:** Survey data (2022).

A primeira entrevista foi realizada com uma funcionária do setor administrativo que possui formação superior em arte educadora e arte cênica, e que estava na posição de coordenadora de eventos trabalhando na área há 25 anos no Parque Estadual Dunas de Natal.

Outras entrevistas foram realizadas com os orientadores turísticos, que são pessoas que estão presentes no dia a dia das atividades de caminhada e observam na prática como está o seu material de trabalho. Todos os condutores entrevistados possuem formação superior em áreas correlatas, tais como biologia, gestão ambiental e turismo. Apenas os Func.1 e Func.5 possuem formação em áreas não diretamente relacionadas às suas funções. Com relação a experiência na função, percebe-se que todos são funcionários experientes, pois atuam no cargo há pelo menos um ano e oito meses (Func.3) até 25 anos (Func.1). A seguir, apresentam-se as percepções dos participantes sobre as características e condições das atividades de caminhada no parque.

O campo de estudo é formado pelo Parque Estadual Dunas de Natal Jornalista Luiz Maria Alves, que segundo o seu plano de manejo (IDEC, 1989) é um parque urbano e UC, considerado o maior parque urbano sobre dunas do país. A sua criação foi concebida em decorrência do projeto de construção viária para fazer ligação entre dois bairros litorâneos da cidade, onde atualmente se localiza uma das principais áreas turísticas da cidade (Via Costeira). Além da biodiversidade com rica reserva de espécies da Mata Atlântica, o mesmo possui lençóis freáticos responsáveis pelo abastecimento de água de bairros circunvizinhos. A Figura 1 (próxima página) apresenta a localização do parque dentro da cidade.

A coleta de dados foi através de entrevistas e de observação de campo (RICHARDSON, 2012). O roteiro de entrevistas se dividiu em duas partes. A primeira constou as questões sobre características do parque e sua segurança. As categorias de análise foram formadas a partir dos requisitos para a norma ABNT NBR 151505-1 Turismo de Aventura: Caminhada – Parte 1 e ABNT NBR ISO 21101:2014 Turismo de Aventura: Sistema de Gestão de Segurança – Requisitos.

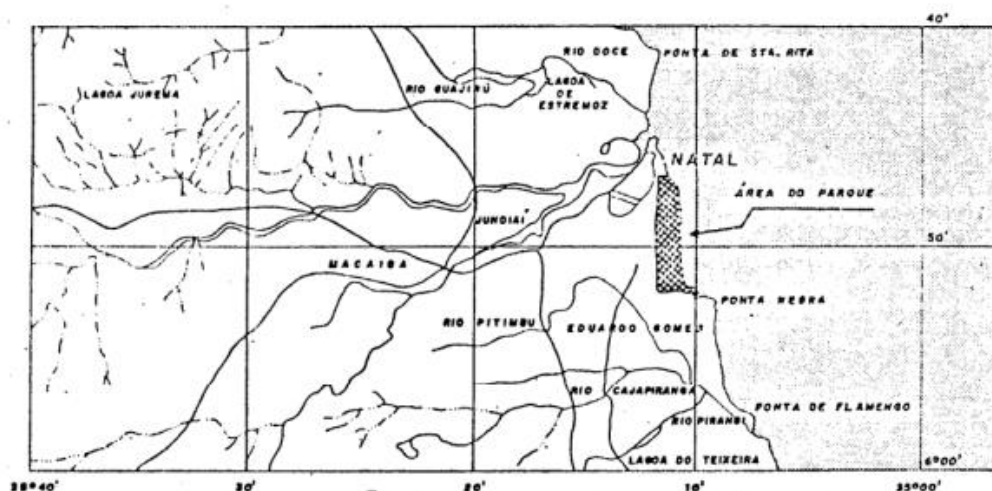


Figura 1: Localização da área do estudo (Parque das Dunas de Natal).

Figure 1: Location of the study area (Parque das Dunas de Natal).

Fonte: IDEC (1989).

Source: IDEC (1989).

Estas normas, apresentam os indicadores necessários para a garantia da gestão de segurança das atividades de caminhada, incluindo caminhada em trilhas – Quadro 3. Já a segunda parte do instrumento foi formada pelos dados de identificação do participante. Para complementar a análise e contrapor as informações obtidas com os funcionários, foi utilizada a técnica de observação de campo, executando o percurso de uma das principais trilhas (Trilha Peroba), junto a outros participantes com a finalidade de avaliar os quesitos de segurança previamente definidos para a pesquisa.

Para realização da pesquisa foi necessário a solicitação de uma autorização formal para o órgão responsável pelo parque, que é o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA. Após a autorização, a coleta ocorreu através de visitas presenciais ao setor de agendamento de trilhas, durante outubro do ano de 2022.

Quadro 3: Alinhamento dos objetivos de pesquisa às categorias de análise e roteiro de entrevistas.

Frame 3: Alignment of research objectives to categories of analysis and interview script.

Objetivos específicos	Categorias	Pergunta	Base teórica
Caracterizar as atividades de caminhada praticadas no Parque das Dunas.	Características das atividades	<p>1.Quais as principais trilhas desenvolvidas atualmente no Parque das Dunas? Fale brevemente sobre elas.</p> <p>2.Fale sobre o funcionamento de cada uma delas. Em quais dias da semana elas estão abertas ao público? Qual o valor cobrado?</p> <p>3.Quais atrativos há nas trilhas?</p> <p>4.As trilhas propostas são de longa, média ou curta duração? Qual o nível de dificuldade de cada uma delas?</p> <p>5.Quais os requisitos necessários para o uso de cada uma das trilhas? Existem restrições de uso?</p>	<p>ABNT NBR ISO 21101:2014 - Turismo de Aventura – Sistema de Gestão de Segurança – Requisitos</p> <p>ABNT NBR 15505-1 - Atividades de caminhada parte 1</p>

Continua...

...continuação.

Objetivos específicos	Categorias	Pergunta	Base teórica
Verificar os riscos e perigos associados às atividades de caminhada do Parque das Dunas.	Riscos e Perigos	6. Em sua opinião, quais os principais riscos associados à prática de caminhada no Parque das Dunas? 7. Há algum processo de inventário dos riscos e perigos do parque? 8. Em sua opinião as trilhas possuem sinalização suficiente e adequada para a segurança dos participantes? Explique. 9. No que diz respeito a sensação de segurança, as trilhas disponíveis garantem uma boa visualização de perigos quanto a animais?	ABNT NBR ISO 21101:2014 - Turismo de Aventura – Sistema de Gestão de Segurança – Requisitos ABNT NBR 15505-1 - Atividades de caminhada parte 1
Identificar os principais requisitos da gestão de segurança para as atividades de caminhada, adotados pelo Parque das Dunas.	Equipamentos de Segurança	10. Os clientes, assim como os condutores, desfrutam de equipamentos de segurança adequados para cada trilha? Quais equipamentos?	
	Condutores	11. Quantos condutores são responsáveis pela condução da trilha? 12. Além dos condutores, existe algum auxiliar para conduzir o grupo? Quantos e quais suas atribuições?	
	Informações aos participantes	13. Antes de iniciar o passeio, os visitantes têm acesso a informações de segurança para atividades nas trilhas? Que tipo de informações?	
	Acidentes	14. Quais os procedimentos para emergências em possíveis acidentes durante os passeios nas trilhas? 15. Em caso de acidente, os clientes estão adequadamente conscientes do que fazer? Explique sua resposta. 16. Em caso de algum turista se perder na mata, o parque dispõe de equipamento e funcionários especializados e capazes para iniciarem as buscas?	
	Sustentabilidade	17. Qual o número mínimo e máximo de participantes por cada passeio? 18. Sobre a segurança ecológica, existe algum procedimento adotado pelo parque para garantir a sustentabilidade ecológica das trilhas e do seu entorno? Quais os procedimentos adotados?	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Source: Own elaboration (2022).

Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, pois trabalhou-se com categorização temática do tipo pré-definida - com base nos requisitos das normas das ações de segurança utilizadas; e emergentes - que surgiram no decorrer das entrevistas através das falas dos entrevistados. (BARDIN, 1994).

A categorização temática foi organizada a partir de um nível de hierarquia, dos tipos categorias iniciais – que são os primeiros termos chave identificados na primeira leitura flutuante dos dados; categorias intermediárias – que são os agrupamentos das categorias iniciais em temas mais abrangentes; por fim, as categorias finais – que são agrupamentos das categorias intermediárias em temas finais, respondendo às questões de pesquisa (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Resultados e Discussão

As Trilhas do Parque das Dunas

O Parque das Dunas de Natal atualmente oferece várias atividades recreativas, dentre elas as trilhas apontadas pelos entrevistados como o principal atrativo, além dos eventos artísticos, culturais e de saúde. De acordo com o Func.1, devido a beleza e importância do parque, ele acaba sendo muito procurado para atividades socioculturais.

Tratando-se especificamente das atividades de caminhada que o Parque das Dunas disponibiliza, listam-se as três modalidades de trilhas: curta (fácil), média (moderada) e longa duração (difícil).

Existem as trilhas interpretativas realizadas em meio a mata, que de acordo com o Func.3 seu principal foco é a educação ambiental, conhecer a fauna e flora, além de destacar a importância do parque para a cidade. Na Figura 2, é possível observar o caráter interpretativo e de conscientização ambiental desenvolvidos durante as atividades.



Figura 2: Sinalização interpretativa nas trilhas do Parque das Dunas.

Figure 2: Interpretive signs on the Parque das Dunas trails

Fonte: Autoria própria com base na pesquisa de campo (2022).

Source: Own authorship based on field research (2022).

A primeira trilha apresentada é a Perobinha, que é de fácil e curta duração. A Perobinha é uma trilha de apenas 800 metros e leva aproximadamente 40 minutos para percorrê-la por completo, sendo recomendada para crianças a partir de 7 anos de idade, idosos e pessoas sedentárias que acabaram de iniciar suas atividades físicas e gostariam de superar mais seus limites.

A segunda trilha, a Peroba, possui duração média e que exige um pouco mais daqueles que estão percorrendo-a. A trilha Peroba possui 2.800 metros e tem duração média de 1 hora e 30 minutos para percorrê-la por completo. A terceira trilha do parque é a Ubaia Doce que é a mais longa e com maior nível de dificuldade; a começar pelo seu início que faz com que os trilheiros precisem subir uma duna fixa muito íngreme e alta, por isso não é recomendada para pessoas despreparadas e que desconhecem seus limites. Tanto a trilha Peroba como a Ubaia Doce possuem como atrativos um mirante para o mar e para a Avenida

Senador Dinarte Mariz Ribeiro (Via Costeira), que é uma das principais áreas turísticas da cidade.

Todas as trilhas funcionam de terça a domingo e acontecem duas vezes ao dia (período da manhã e tarde), nos horários: 8:00 horas e 14:00 horas. As trilhas comportam o número mínimo de cinco participantes e máximo de 20 para que sejam executadas. Porém o Func. 1 informou que é possível abrir exceção em casos especiais: “tem uma escola que vem de longe e os coitadinhos não sabem e aí trouxeram 25 crianças, então a gente abre uma exceção” (Func.1).

Além das três trilhas apresentadas, há também a trilha sensitiva que é voltada para o público que possui deficiência visual, de locomoção, ou para aqueles que querem ter a experiência de sentir o solo, a vegetação e o cheiro da flora. Essa trilha é parte importante do parque, pois trata de um trabalho que promove a inclusão de pessoas com deficiência, seja ela física, como a falta de visão ou por idade avançada.

A trilha interpretativa sensitiva é uma “porta aberta” para que pessoas não se sintam excluídas, possam desfrutar de um ambiente seguro, guiado por alguém que seja capaz de conduzir a atividade de forma sensível em todos os momentos. Esta trilha sensitiva que há no Parque Estadual Dunas de Natal, além de promover a inclusão de pessoas com deficiência, também promove a sensibilidade daqueles que não possuem deficiência, porém gostariam de experimentar a sensação de estar na natureza, provando a textura de cada local.

Sobre a inclusão da diversidade, Mota *et al.* (2014) explicam que além dos turistas estarem cada vez mais motivados a buscarem aventuras e momentos únicos, estes são constituídos por perfis variados e distintos, o que reforça a importância de se ter trilhas que incluam tanto pessoas com preparo físico adequado para cada modalidade de atividades e trilhas, como também aqueles que por alguma razão são impossibilitados de vivenciarem as experiências da mesma forma que as demais. A trilha sensitiva é uma trilha mais recente dentro do próprio Bosque dos Namorados, que é a área aberta para visitação do parque e busca ampliar o acesso de visitantes. Ver Figura 3:



Figura 3: Trilha sensitiva acessível no Parque das Dunas.

Figure 3: Sensitive trail accessible in Parque das Dunas.

Fonte: Autoria própria com base na pesquisa de campo (2022).

Source: Own authorship based on field research (2022).

Ainda sobre a trilha sensitiva, Erdtmann *et al.* (2014, p. 1) conceitua como um “ambiente especialmente preparado com diversos objetos de texturas diferentes, aromas, sensações variadas e é percorrida de olhos vendados e conduzida por monitores que passarão as orientações necessárias durante o percurso”. Conforme os autores, trata-se de um meio para ativar os sentidos através do toque, aroma e sensações que despertam a imaginação dos usuários.

Além do valor cobrado para entrar nas dependências do Bosque dos Namorados, é cobrado também um valor simbólico de R\$1,00 para que se possa fazer a caminhada em uma das trilhas. Estas só podem ser usadas na presença de um condutor e dois policiais ambientais.

Como visto anteriormente, as trilhas são curta, média e longa duração. Para as duas primeiras, é recomendado um condicionamento físico razoável, pois apesar de a Perobinha ser menor e levar em média 30 a 40 minutos para ser percorrida, ainda assim, é uma trilha, e a má alimentação, uma má condição de saúde, pode acarretar numa complicação como tontura ou mal-estar. A segunda trilha, a Peroba, exige um pouco mais de condicionamento físico, pois esta, dura cerca de 1 hora e 30 minutos para ser percorrida, possuindo aclives e declives íngremes, caminhada em areia de dunas, tornando o exercício de caminhada mais intenso. E por último, a Ubaia Doce que é a maior trilha, com duração média de 2 horas e 30 minutos para ser percorrida, por isso, exige um condicionamento físico adequado para se percorrê-la.

Além da má alimentação, pouca preparação física e condicionamento inadequado serem potenciais riscos à realização das trilhas, outros riscos podem ser evidenciados. Portanto, é necessário que os praticantes se atentem a essas questões, para evitar ao máximo os imprevistos e acidentes no local.

Riscos e Perigos Associados ao Uso do Parque das Dunas

No que diz respeito aos riscos associados ao uso do parque, destaca-se que todos os entrevistados concordam que os riscos existem, até porque, segundo eles, não há lugar dentro da cidade do Natal que seja completamente seguro. Sendo assim, nas trilhas não há garantia de completa segurança. No entanto, existem alguns riscos mais enfatizados como, os listados no Quadro 4.

Verifica-se que a maioria dos funcionários declara aspectos referentes à segurança e integridade dos turistas que frequentam o parque e as trilhas. No que concerne aos encontros com animais, deixam claro que não ocorrem com frequência ao ponto de haver uma preocupação no que diz respeito à necessidade de uma intervenção da equipe, que garante a segurança de todos de forma mais direta. Contudo, é importante ficar em alerta indicando o cuidado, uma vez que mesmo sendo um ambiente que exista um controle e uma conferência de riscos, associado ao fato de os animais estarem sempre afugentados e saíam mais em horários noturnos, ainda assim o parque é o habitat deles, portanto deve-se manter os cuidados constantes. O risco de quedas também aparece nas respostas dos entrevistados, indo na mesma direção dos estudos desenvolvidos por Bentley *et al.* (2001).

Observa-se também, a partir do Quadro 4, que entre todos os atrativos, o único que permanece como sendo o principal que demanda cuidados é a trilha Ubaia Doce que, como todos os funcionários afirmam, é uma trilha muito urbana e por ser a maior trilha que o parque oferece, também possui outras trilhas que não

são legalizadas e que se encontram com ela. Esse fato permite que grupos clandestinos possam se encontrar com o grupo que está junto com o orientador e com os dois policiais ambientais. Porém, assim como se consta em Bandeira e Santos (2019) sobre segurança na realização do turismo de aventura, o parque assegura a segurança apenas daqueles sob sua responsabilidade. Logo, o Parque das Dunas não se responsabiliza por eventuais acidentes ou riscos associados ao uso clandestino de trilhas utilizadas em seu interior.

Quadro 4: Riscos e Perigos associados ao uso do Parque das Dunas.
Frame 4: Risks and Dangers associated with the use of Parque das Dunas.

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categoria Final
Crianças Passar mal Alimentação Não saber o limite	Limitações físicas dos participantes	Riscos e Perigos Associados
Picada de inseto Mutucas Pisar em folhiços Picadas de cobras	Picadas de inseto/ animais	
Crianças Subir em árvores Escorregar	Escorregar/cair	
Trilhas Ubaia Doce Grupos Clandestinos Índole Pessoas Trilha urbana	Insegurança Pública	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Source: Survey data (2022).

Todos os entrevistados, sem exceção, afirmaram que as trilhas mereciam mais sinalizações, o que também foi observado dentro da observação de campo, uma vez que a maioria das placas identificadas são placas educativas com relação à importância do parque e de interpretação ambiental. A Figura 4 ilustra um exemplo de placa educativa possível de ser encontrada no local.

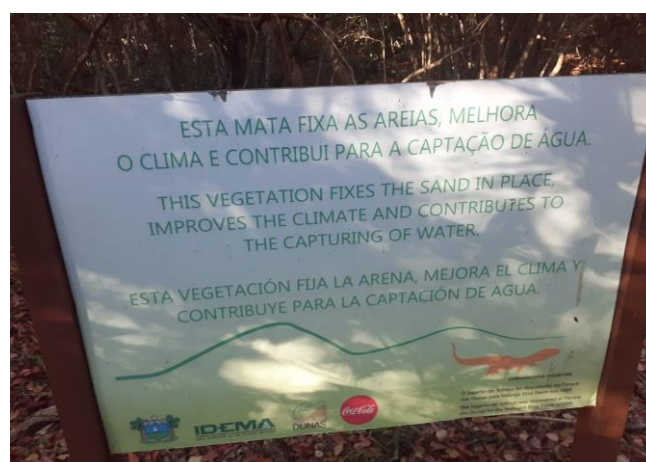


Figura 4: Trilha Peroba disponível no Parque das Dunas.

Figure 4: Peroba Trail available in Parque das Dunas.

Fonte: Autoria própria com base na pesquisa de campo (2022).

Source: Own authorship based on field research (2022).

Porém, segundo os entrevistados, as placas de sinalizações não fazem falta ao ponto de ser um problema, pois nenhuma das trilhas, por menor que seja como a Perobinha, é percorrida sem a presença do orientador turístico, que irá falar todas as informações acerca da vegetação, animais da região e seus hábitos; além do acompanhamento de dois policiais ambientais que asseguram a segurança dos trilheiros e orientadores, tanto no que diz respeito a algum animal, como para a proteção quanto a grupos clandestinos que porventura apareçam e possam fazer algum mal ao grupo (Func. 3).

Sobre os riscos de caminhada no Parque das Dunas, os orientadores e entrevistado do setor administrativo concordaram que são mínimos, tornando assim, desnecessário o inventário de riscos, pois ao se fazer a reserva da trilha são repassadas para o visitante todas as informações necessárias para o uso das trilhas e pouco antes da trilha iniciar, o orientador repassa as informações. Para percorrê-la no dia e horário que o parque disponibiliza, o trilheiro tem acesso às regras do que pode e não pode fazer, e das recomendações quanto ao condicionamento físico, fazendo-se clara a recomendação de um porte físico adequado para a trilha proposta.

Ações de Segurança nas Atividades de Caminhada

Nesta seção, analisam-se as ações de segurança nas atividades de caminhada, identificada como a principal realizada no Parque das Dunas. Para tanto, identificou-se que essas ações se dividem em quatro eixos, sendo eles i) equipamentos de segurança; ii) condutores; iii) informações aos participantes, e; iv) acidentes.

No que se refere aos **equipamentos de segurança**, conforme todos os entrevistados, o parque dispõe de equipamentos para os funcionários (orientadores turísticos) que guiarão as trilhas, enquanto para os turistas, eles precisam estar com seus próprios equipamentos recomendados através do termo de compromisso para a realização da trilha, indicados no ato do agendamento. A orientação para turistas é com relação às vestimentas adequadas e que permitam a utilização da trilha em segurança, sendo estes o calçado fechado e roupas leves. No Quadro 5, listam-se os equipamentos de segurança necessários, bem como os principais equipamentos utilizados.

Quadro 5: Equipamentos de segurança nas caminhadas no Parque das Dunas.

Frame 5: Safety equipment for hiking in Parque das Dunas.

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categoria final
Tênis Chapéu Calçado fechado Roupas leves	Segurança do visitante	Equipamentos de segurança
Fardamento Botas EPIs Protetor solar Vestimenta Tênis Roupas leves	Segurança do condutor	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Source: Survey data (2022).

A partir das análises e da observação de campo, percebe-se a necessidade de melhorias dos equipamentos. Enquanto os primeiros entrevistados (Func. 1; 2; 3) afirmam haver equipamentos, por mais simples que sejam, o quarto entrevistado (Func. 4) acredita não haver equipamentos suficientes, considerando que um coturno, calça camuflada, chapéu e protetor solar não sejam bastantes ou mesmo equipamentos considerados adequados. Assim, é possível perceber que há a necessidade de equipamentos mais apropriados para o desfrute das trilhas, principalmente para os turistas que por vezes acabam indo com roupas inadequadas.

De acordo com o Ministério do Turismo (Brasil, 2005), a segurança no turismo envolve o todo, desde prestadores de serviços e instalações, a consumidores do produto turístico; o que torna mais necessária a preocupação com o bem-estar no que diz respeito à segurança, com uso de equipamentos adequados e de qualidade para aqueles que estão fazendo turismo, seja na posição de ofertante do produto ou na posição de consumidor.

No que diz respeito aos **condutores** do parque, é disposto um condutor por trilha e, em caso de necessidade, o parque disponibilizará dois condutores para fazer a condução dos trilheiros. A função deles é a de fornecer informações educativas sobre a flora e fauna, assim como também sobre algumas histórias de povos indígenas que por um tempo faziam uso de algumas plantas existentes no parque para o preparo de chás.

Em acréscimo ao corpo de colaboradores, os dois policiais ambientais que fazem a segurança do grupo enquanto estão na trilha são importantes e fazem também os primeiros socorros em caso de acidente ou de algum trilheiro passar mal, desenvolvendo o chamado do resgate. Eles têm a responsabilidade de fazer o deslocamento do trilheiro que esteja precisando ao local em que uma unidade da UNIMED (Empresa fornecedora de serviços de saúde) estará aguardando para fazer o socorro (Func. 2; 6). No Quadro 6, mostram-se as categorias relacionadas aos condutores ambientais.

Quadro 6: Condutores ambientais para as caminhadas do Parque das Dunas.

Frame 6: Environmental guides for walks in Parque das Dunas.

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categoria final
Orientador turístico Educador Ambiental	Guia Ambiental	Condutores das Trilhas
Guarda ambiental Policial ambiental	Segurança Ambiental	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Source: Survey data (2022).

Como mencionado, a trilha é ordenada por um policial ambiental que irá à frente até mesmo do orientador turístico e o outro policial ambiental se posiciona ao final da fila, fazendo a segurança para que ninguém fique para trás ou se perca. Além disso, o que está na dianteira fará a proteção do grupo para o caso de algum animal ou mesmo grupo clandestino surgir, enquanto o orientador turístico estará informando aos trilheiros acerca do ambiente em que estão inseridos. Essa

interdisciplinaridade da equipe de profissionais alinha-se aos princípios de Buckley (2002), tal como anteriormente apresentado.

No que diz respeito às **informações aos participantes** das trilhas, os participantes recebem informações prévias sobre como devem se comportar durante o percurso. Os orientadores, quando estão organizando os grupos para saída e início do trajeto, orientam os trilheiros sobre as vestimentas. Reforçam sobre a necessidade do uso de roupas confortáveis, calçados fechados para evitar machucar o pé ou deslizar-lo em pedras ou na sandália, estar com água para se hidratar, não levar comida para não deixar migalhas e atrair animais, e também não correr o risco de acabar prejudicando a saúde de algum animal nativo com alguma comida industrializada. No Quadro 7, são apresentados os procedimentos de informações aos participantes.

Quadro 7: Informações fornecidas aos participantes nos dias de realização das trilhas.
Frame 7: Information provided to participants on the trail days.

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categorias finais
Calçado Roupas Ir atrás do orientador Não correr Bem alimentado Hidratado Levar água Previsão de chuva Passar mal Grupos clandestinos Saúde Problemas cardíacos Alongamento Paradas durante as trilhas	Informações sobre a segurança do participante	Informações aos participantes
Não se alimentar Não soltar objetos Animais silvestres Não retirar galhos Não se pendurar em árvores	Informações sobre a segurança do meio ambiente	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Source: Survey data (2022).

Muitas informações também são disponibilizadas no formulário de inscrição enviado via e-mail e assinado como forma de compromisso do responsável pelo grupo. É informado o protocolo de segurança aos participantes para que eles não entrem nas trilhas sem informações necessárias. No Quadro 8, constam as informações fornecidas aos participantes no agendamento das trilhas.

Quadro 8: Informações fornecidas aos participantes durante o agendamento das trilhas.**Frame 8:** Information provided to participants when scheduling trails.

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categorias finais
Formulário Termo E-mail Agendamento Representante do grupo Assinatura Protocolo	Documentação do agendamento	Protocolos e documentos de segurança
Forma de se comportar Tênis Roupas leves Estar bem alimentado Hidratação Informações de segurança Riscos	Informações documentadas	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).**Source:** Survey data (2022).

As informações protocoladas são as disponibilizadas durante o agendamento, fornecidas através de formulário enviado por e-mail e assinado pelo solicitante. Tal formulário apresenta todas as recomendações de segurança com requisitos necessários para participar de cada uma das trilhas, especialmente, no que concerne às informações sobre vestimentas e equipamentos de segurança. Diante do exposto, entende-se que há um protocolo que o trilheiro fica ciente antes de fazer a trilha, seja lendo o formulário de inscrição, seja quando o orientador reforça as informações de segurança para todos que estão presentes.

O cenário acima apresentado, em que se destacam a presença de mecanismos de orientação e informação aos visitantes, contrasta com a realidade observada por Imboden (2012), no tocante à falta de material informativo sobre riscos. Isso reflete um panorama positivo acerca das ações do parque relativas à essas questões.

Quadro 9: Procedimentos e orientações em casos de acidentes.**Frame 9:** Procedures and guidelines in case of accidents.

Categorias iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Acionar UNIMED Polícia Ambiental (SIPAM) Sistema Único de Saúde (SAMU) Transporte Via Costeira Rádio Orientadores Primeiros socorros Ligar Administração	Procedimentos de Emergências	Acidentes nas trilhas
UNIMED Convênio Placa Informação Regras Policiamento treinado	Participantes informados sobre como agir	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).**Source:** Survey data (2022).

No que tange aos **acidentes**, foi possível observar que a situação do parque é precária. Em observação empírica, constatou-se que o parque necessita de uma forma mais eficaz de chegar ao indivíduo acidentado caso tenha necessidade, visto que no meio da trilha torna-se praticamente impossível a locomoção apressada e o caminho das trilhas é exclusivo apenas para pedestres, sem possibilidade para nenhum transporte motorizado. No Quadro 9 (próxima anterior), observam-se os procedimentos e orientações em casos de acidentes:

Como visto, há informações diversas, algumas mais detalhadas e complexas, e outras mais sucintas e diretas. Contudo, nota-se que em caso de acidentes, os procedimentos são precários, sempre dependentes dos policiais para se efetuar algum procedimento de salvamento, dado que até mesmo os orientadores não possuem o treinamento adequado para de fato realizar algum salvamento, apenas os primeiros socorros, e o parque não dispõe de profissionais da enfermagem para fazerem procedimentos mais precisos e eficazes.

Stein e Athanásio (2016) entendem que o turismo de aventura, como qualquer outro segmento do setor, deve ser praticado com segurança de acordo com a regulamentação da legislação vigente, tornando então, imprescindível que haja segurança e que o turista se sinta seguro em qualquer atividade praticada no turismo, principalmente neste segmento que demanda um contato mais íntimo com o meio em que se pratica a atividade.

Por fim, como último eixo apresentado, no que diz respeito à **sustentabilidade**, os entrevistados comentaram que o parque dispõe de um plano de manejo, que deve ser atualizado a cada cinco anos e que fornece informações sobre a situação do parque, tal como está a saúde das trilhas, da vegetação, a movimentação das espécies de animais que habitam o parque, a fim de que os prejuízos causados pelos visitantes sejam reduzidos ou consertados. No Quadro 10 (próxima página), observa-se os tópicos sobre os processos de sustentabilidade do parque.

Percebe-se com base nas informações constantes no Quadro 10, que muitas das ações de sustentabilidade pontuadas alinham-se direta e indiretamente com os princípios de Buckley (2002), especialmente no que se refere à necessidade de controle e monitoramento dos impactos gerados pelo uso turístico do espaço.

Com base nas entrevistas, é possível observar a segurança no plano de manejo indicando os limites aconselháveis para que a quantidade de visitas diárias não seja prejudicial ao ponto de não ser reversível para a vegetação e nem para os animais nativos. Em seu trabalho sobre sustentabilidade relacionado ao turismo, um estudo sobre o município de Pipa no interior do Rio Grande do Norte, Santos (2019) entende que turismo de aventura vem crescendo bastante ao longo do tempo e também ganhando destaque por se tratar de uma atividade esportiva sem o viés competitivo e que naturalmente demanda que exista uma preservação e zelo para com o meio ambiente. O meio ambiente é a matéria prima para a prática da atividade de lazer, bem como da educação ambiental que promove uma melhor utilização do meio sem agredi-lo de forma profunda e irreversível.

Quadro 10: Ações de sustentabilidade ambiental no ambiente das trilhas.
Frame 10: Environmental sustainability actions in the environment of the trails.

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categoria final
Monitoradas Fiscalização Polícia ambiental Drones Barracas Incêndios Contato Gestão do Parque IDEMA	Monitoramento das Trilhas	Sustentabilidade do Parque das Dunas
Plano de Manejo Número de trilhas por dia Degradação do ambiente Desgaste ecológico Preservar a trilha Recuperação da mata Diminuição do fluxo Quantitativo de pessoas Regras Pandemia Amenizada	Capacidade de Carga	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Source: Survey data (2022).

O Plano de Manejo, de acordo com o Instituto Chico Mendes – ICMBio (s.d.), é um tipo de documento orientador usado como base para os objetivos gerais da unidade de conservação, estabelecendo seu zoneamento e as normas que nortearão as práticas de suas atividades. No caso do Parque Estadual Dunas de Natal, embora o plano de manejo tenha sido citado várias vezes pelos entrevistados como um documento norteador e que deve ser atualizado a cada cinco anos, verifica-se que o plano disponibilizado no site da instituição está desatualizado, uma vez datado do ano de 1989, o que indica o embasamento em um documento desatualizado para a gestão da sustentabilidade do parque.

Considerações Finais

Esse estudo teve por objetivo analisar as ações de segurança das atividades de caminhada nas trilhas propostas no Parque Estadual Dunas de Natal. Foram coletadas entrevistas com funcionários do setor administrativo e orientadores turísticos, além de realizada observação de campo. Buscou-se a partir dos procedimentos colher informações sobre como ocorre o funcionamento das trilhas, quais os procedimentos necessários para realizar as atividades, como é feita a segurança dos participantes e como ocorre os cuidados com a fauna e flora para reduzir os impactos das passagens dos visitantes.

Após análise dos dados, foi possível notar que as atividades de caminhada no Parque Estadual Dunas de Natal são de certa forma, variadas, atendendo a diferentes públicos. Para os que preferem um contato maior com a natureza, há a possibilidade de atividades de caminhada em trilhas, que são de curta, média e longa duração, sendo elas a Perobinha, Peroba e Ubaia Doce, respectivamente. Além disso, há uma trilha sensível que atende a um público diferenciado,

proporcionando acessibilidade aos visitantes. As trilhas estão dispostas para o público em geral de terça a domingo, sob solicitação via e-mail, não aceitando menos de cinco trilheiros ou mais de 20, por atividade. Além disso, só é possível ser percorrida sob o acompanhamento de pelo menos um orientador turístico e dois policiais ambientais.

Com relação aos riscos e perigos associados, as trilhas não apresentam riscos severos à saúde de seus participantes, pois estes são informados previamente sobre as medidas necessárias para a garantia de proteção. Alguns dos principais riscos relatados são a respeito da necessidade de respeitar as limitações físicas de cada participante, da possibilidade de picadas de insetos e animais que eventualmente passem pelo local, os riscos relacionados a incidentes como escorregar ou cair durante o percurso, além da insegurança pública, já que dentro do parque, há trilhas clandestinas que se encontram com as trilhas formalizadas pelo parque e dá possibilidade de acesso para pessoas que frequentam a área clandestinamente.

Apesar dos elementos de sinalização de segurança nas trilhas serem insuficientes, essa falta de sinalização é justificada a partir da percepção dos entrevistados, devido ao fato de serem guiadas, no qual os participantes as utilizam apenas com apoio de condução e policiamento ambiental. Sobre os requisitos da gestão de segurança para usufruir das trilhas, entende-se que o parque se preocupa com as limitações físicas dos participantes, especialmente para trilhas que exigem um maior condicionamento físico. Quanto aos equipamentos de segurança, estes são os de uso tanto dos condutores fornecidos pelo parque, quanto os dos participantes, relacionados a uso de calçados e vestimentas adequadas. Além disso, todas as informações de segurança são fornecidas de forma prévia, seja através do termo de compromisso assinado pelo participante no ato do agendamento, ou em momentos antes de iniciar a trilha. Por fim, o parque realiza gestão da capacidade de carga e de sustentabilidade, porém o Plano de Manejo, que é o documento que dá embasamento para as decisões, encontra-se desatualizado, o que pode prejudicar as ações de sustentabilidade do local.

Portanto, entende-se que apesar do parque estar com suas trilhas apropriadamente seguras, dispondo do que é necessário para haver um bom desfrute delas, verifica-se a necessidade de uso de mais sinalizações informativas sobre a segurança do local. Por mais que a trilha seja guiada e protegida por policiais ambientais, um grupo grande pode ficar disperso nas informações repassadas por um único orientador turístico, e a depender da forma como esteja acontecendo a locomoção, alguém pode sofrer algum acidente por não estar conseguindo ter acesso às informações necessárias. Além disso, considerando que acontecem dentro de uma unidade de conservação com regras de uso bem delimitadas, recomenda-se a atualização do Plano de Manejo do parque, pois ele encontra-se desatualizado, o que pode levar a um uso inadequado em relação a capacidade de carga das atividades de aventura realizadas sobre as trilhas, comprometendo a sustentabilidade a longo prazo.

O estudo presente limita-se a uma análise empírica e baseada em entrevistas feitas aos profissionais que trabalham no parque e de observação da trilha Peroba. Portanto, são necessárias mais visitas e observações acerca das outras trilhas, Perobinha e Ubaia Doce, a menor e a maior trilha existente. Além

disso, o estudo possui limitações de não ouvir a opinião dos visitantes/turistas que utilizam as trilhas. Portanto, como sugestão para pesquisas futuras, indica-se ampliar a pesquisa para a observação das outras trilhas do parque, além de desenvolver estudos a partir da percepção dos turistas que frequentam o local.

Referências

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Normas técnicas ABNT Turismo de Aventura 2021**. ABETA, 2021.

ABNT NBR 21101.2014. **Turismo de aventura - sistemas de gestão de segurança: requisitos**. 2014.

ABNT NBR 15505-1. **Turismo de Aventura - Caminhada Parte 1: requisitos para produtos**. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020.

ALVES, M. S.; DE-BORTOLI, A. L.; KIRST, F. V.; MESSIAS, S. M. C.; DE-BORTOLI, R. Normalização do ecoturismo e turismo de aventura no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v. 9, n. 3, p. 433-444, 2016.

BANDEIRA, A. S; SANTOS, S. C. C. A segurança no turismo de aventura. **Anais IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores**. 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2019/TRABALHO_EV124_MD1_SA58_ID1616_22082019133531.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994. 225 p.

BENTLEY, T.; PAGE, S.; MAYER, D.; CHALMERS, D.; LAIRD, I. How safe is adventure tourism in New Zealand? an exploratory analysis. **Applied Ergonomics**. v. 32, n. 4, p. 327-338, 2001.

BENTLEY, T. A.; PAGE, Stephen J. A decade of injury monitoring in the New Zealand adventure tourism sector: a summary risk analysis. **Tourism Management**. v. 29, n. 5, p. 857-869, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.381** de 2 de dezembro de 2010a. Regulamenta a Lei nº 11.771 da Política Nacional do Turismo. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura: orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo. 2010b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Com mais de 16,7 milhões de visitantes, unidades de conservação federais batem novo recorde**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/com-mais-de-16-7-milhoes-de-visitantes-unidades-de-conservacao-federais-batem-novo-recorde>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BUCKLEY, R. Draft principles for tourism in protected areas. **Journal of Ecotourism**. v. 1, n. 1, p. 75-80, 2002.

BUZATTO, L.; KUHNEN, C. F. C. Trilhas interpretativas para a educação ambiental. **Revista Vivências**. v. 16, n. 30, 219-231, 2020.

CAVASINI, R.; ANNES, A. P.; KSSESINSKI, J. L.; BREYER, R. F. Gestão de riscos de atividades ao ar livre durante a pandemia de COVID-19: um relato de experiência. **Revista Thema**. 2020.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; MORAIS, E. O. Desvendando caminhos do turismo de aventura no Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo**. São Paulo, 2011.

ERDTMANN, B. K.; ALVES, J.; DE CESARO, L. H.; MENDES, M.; SCHMIDT, T. P.; ZILLOTTO, T. I.; DE AGUIAR, J. M. Trilha sensitiva: os limites da percepção sobre um olhar humanizado. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura, Florianópolis**, v. 8, n. 1, p. 164-175, 2014.

ENEGUEL, C. A.; ETCHEBEHERE, M. L. C. Parques Nacionais no Brasil e a prática do turismo sustentável. **Revista Hospitalidade**. v. 8, n. 1, p. 78-94, 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Joice Elias Costa. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

G1 RN. **IDEMA denuncia ação de pessoas que invadem Parque das Dunas para fazer trilhas clandestinas**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/07/idema-denuncia-acao-de-pessoas-que-invadem-parque-das-dunas-para-fazer-trilhas-clandestinas.ghtml>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RN. **Parque das Dunas** – apresentação. 2015. Disponível em: <<http://www.parquedasdunas.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=6393&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Apresenta%E7%E3o>>. Acesso em 22 mai. 2023.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo de RPPN**. s.d. Disponível em: <[https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/servicos-do-icmbio-no-gov.br/crie-sua-rppn/plano-de-manejo-de-rppn#:~:text=O%20plano%20de%20manejo%20\(PM,f%C3%ADsicas%20necess%C3%A1rias%20%C3%A0%20gest%C3%A3o%2C%20conforme](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/servicos-do-icmbio-no-gov.br/crie-sua-rppn/plano-de-manejo-de-rppn#:~:text=O%20plano%20de%20manejo%20(PM,f%C3%ADsicas%20necess%C3%A1rias%20%C3%A0%20gest%C3%A3o%2C%20conforme)>. Acesso em: 22 mai. 2023.

IDEC - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Plano de Manejo do Parque Estadual Dunas de Natal**. 1989. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/ParqueDasDunas/DOC/DOC00000000223311.PDF>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

IMBODEN, A. Between risk and comfort: representations of adventure tourism in Sweden and Switzerland. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**. v. 12, n. 4, p. 310-323, 2012.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Turismo Aventura**. 2016. Disponível em: <<http://www.ecobrasil.provisorio.ws/turismo/turismo-aventura>>. Acesso em: 10 de mai. 2022.

LOPES-RICHARD, V.; CASSIANO, A. M.; AGUIAR, R. J. S. Abordagem integradora para implementação de um sistema de gestão de segurança e impactos de visitação em áreas naturais protegidas. **Revista Turismo em Análise**. v. 31, n. 3, p. 597-618, 2020.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MELO, S.M.C.; AGUIAR, E.P.S. Turismo de aventura em Taquaruçu (TO): atividades de risco. **Revista Turismo - Visão e Ação**. v.18, n.2, p.280-299, 2016.

MLOZI, S.; PESÄMAA, O. Adventure tourist destination choice in Tanzania. **Current Issues in Tourism**. v. 16, n. 1, p. 63-95, 2013.

MOTA, A. M. G.; VILKAS, A. C.; WADA, E. K.; SANTOS, M. F. Turismo de aventura acessível. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 3, n. 1, p. 61-73, 2014.

NEVES, C. R. F.; COSTA, V. C. Avaliação Preliminar de Risco (APR) em atividades ecoturísticas na trilha do Pico da Tijuca, Parque Nacional da Tijuca (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v. 12, n. 5, p. 685-701, 2020.

RIBEIRO, E. C.; NASCIMENTO, C. R. T.; DUARTE, M. M.; NUNES, J. O. C.;

SILVA, E. S. Estudo do turismo na prática do esporte de aventura de voo livre no município de Patu (RN). **Revista Científica Turismo & Cidades**. v. 2, n. 4, p. 35-55, 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SANTOS, M. A. J.; ALEXANDRE, M. L. O.; FERREIRA, A. B. G.; RODRIGUES, J. G. V.; MOREIRA, S. A. Turismo pedagógico durante o lazer no Parque das Dunas em Natal (RN). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v., 12, n. 5, p. 887-905, 2019.

SANTOS, N. K. S. Turismo de aventura e a sua relação com a sustentabilidade: um estudo em Pipa/RN. 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Os grupos de unidades de conservação**. 2018. Disponível em: <<https://www.meioambiente.go.gov.br/acesso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1304-os-grupos-de-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**. v. 17, n. 1, 2015.

STEIN, D.; ATHANÁSIO, B. B. M. Gestão da segurança no turismo de aventura no produto rafting: estudo de caso em uma agência de viagens receptiva no município de Três Coroas–Rio Grande do Sul. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**. n. 3, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Bookman Editora, 2005.

Frank Ilton Pereira Xavier: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: frankiltonpereira@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1356601055050168>

Jessyca Rodrigues Henrique Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: jessyca.r.henrique@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0830454940231346>

Érica Dayane Chaves Cavalcante: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: ericaccx@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2902600033356292>

Guilherme Bridi: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: guime70@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1626859396401842>

Marcela Martins Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: mar_celams@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6689772467490870>

Data de submissão: 05 de junho de 2023

Data de recebimento de correções: 04 de outubro de 2023

Data do aceite: 06 de janeiro de 2024

Avaliado anonimamente